

Histórico do Processo de Ocupação das Bacias Hidrográficas dos Rios Guapi-Macacu e Caceribu



Ruínas do Convento de São Boaventura, Itaboraí, RJ.

ISSN 1517-2627

Dezembro, 2012

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Solos
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

Documentos 152

Histórico do Processo de Ocupação das Bacias Hidrográficas dos Rios Guapi- Macacu e Caceribu

Maria José Teixeira Carneiro

Juliana Lopes Latini

Thais Danton Coelho

Bernadete da C. C. Gomes Pedreira (Org.)

Elaine Cristina Cardoso Fidalgo (Org.)

Rachel Bardy Prado (Org.)

Embrapa Solos
Rio de Janeiro, RJ
2012

Embrapa Solos

Rua Jardim Botânico 1024 - Jardim Botânico - Rio de Janeiro-RJ
Fone: (21) 2179-4500
Fax: (21) 2274-5291
Home page: www.cnps.embrapa.br
E-mail (sac): sac@cnps.embrapa.br

Comitê de Publicações da Unidade

Presidente: Daniel Vidal Pérez
Secretário-Executivo: Jacqueline Silva Rezende Mattos
Membros: Ademar Barros da Silva, Cláudia Regina Delaia,
Maurício Rizzato Coelho, Elaine Cristina Cardoso Fidalgo, Joyce
Maria Guimarães Monteiro, Ana Paula Dias Turetta, Fabiano de
Carvalho Balieiro, Quitéria Sônia Cordeiro dos Santos

Supervisão editorial: Jacqueline Silva Rezende Mattos
Revisão de texto: André Luiz da Silva Lopes
Normalização bibliográfica: Ricardo Arcanjo de Lima
Editoração eletrônica: Felipe Ferreira Lisboa Luz
Foto da capa: Bernadete da Conceição Carvalho Gomes Pedreira

1ª edição

1ª impressão (2012): online

Todos os direitos reservados

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Embrapa Solos**

C289h Carneiro, Maria José Teixeira.

Histórico do processo de ocupação das bacias hidrográficas dos rios Guapi-Macacu e Caceribu / Maria José Teixeira Carneiro ... [et al.]. — Dados eletrônicos. — Rio de Janeiro : Embrapa Solos, 2012.
48 p. - (Documentos / Embrapa Solos, ISSN 1517-2627 ; 152)

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: < <http://www.cnps.embrapa.br/publicacoes/>>.

Título da página da Web (acesso em 21 dez. 2012).

1. Gestão hídrica. 2. Socioeconomia. I. Latini, Juliana Lopes. II. Coelho, Thais Danton. III. Pedreira, Bernadete da Conceição Carvalho Gomes. IV. Fidalgo, Elaine Cristina Cardoso. V. Prado, Rachel Bardy. VI. Título. VII. Série.

CDD (21.ed.) 338.47

© Embrapa 2012

Autores

Maria José Teixeira Carneiro

Antropóloga. Docente CPDA/UFRJ

E-mail: mjtcarneiro@gmail.com

Juliana Lopes Latini

Historiadora. CPDA/UFRJ

E-mail: julatini@hotmail.com

Thaís Danton Coelho

Antropóloga. CPDA/UFRJ

E-mail: t.dantoncoelho@gmail.com

Bernadete da Conceição Carvalho

Gomes Pedreira (Organizadora)

Eng. Agrôn., Pesquisadora da Embrapa Solos

E-mail: bernadete.pedreira@embrapa.br

Elaine Cristina Cardoso Fidalgo (Organizadora)

Eng. Agrôn., Pesquisadora da Embrapa Solos

E-mail: elaine.fidalgo@embrapa.br

Rachel Bardy Prado (Organizadora)

Bióloga, Pesquisadora da Embrapa Solos

E-mail: rachel.prado@embrapa.br

Sumário

Introdução	7
O povoamento colonizador e seu sentido agrícola	9
Divisão social da produção de exportação e de alimentos: o Engenho de Açúcar e as pequenas unidades agrícolas	11
Transformações na dinâmica demográfica e produtiva ...	15
Novas dinâmicas socioeconômicas, políticas e ambientais sobre a estrutura agrária e produtiva da baixada da Guanabara – final do século XIX até meados do século XX	19
Panorama das principais atividades agropecuárias (1920- 1970)	28
Dinâmicas na agropecuária - 1970-1990: transformações e continuidades	38
Preservação ambiental	44
Considerações finais	45
Referências	46

Histórico do Processo de Ocupação das Bacias Hidrográficas dos Rios Guapi-Macacu e Caceribu

Maria José Teixeira Carneiro

Juliana Lopes Latini

Thais Danton Coelho

Bernadete da C. C. Gomes Pedreira (Org.)

Elaine Cristina Cardoso Fidalgo (Org.)

Rachel Bardy Prado (Org.)

Introdução

Grande parte das bacias hidrográficas dos rios Macacu e Caceribu insere-se nos municípios de Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e São Gonçalo, que fazem parte da região Leste da chamada Baixada ou Recôncavo da Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro. A história da ocupação destas bacias e das atividades agrícolas aí desenvolvidas ao longo do tempo está intimamente relacionada aos rios e seus afluentes, que são importantes contribuintes de água para a Baía da Guanabara, onde deságuam.

O rio Caceribu tem suas nascentes nas serras ainda florestadas dos Municípios de Rio Bonito e Tanguá, atravessando Itaboraí e parte de São Gonçalo até desaguar na margem leste da Baía de Guanabara através de um extenso manguezal. Já o rio Macacu nasce na serra dos Órgãos, a cerca de 1.700 m de altitude, no município de Cachoeiras de Macacu (NEGREIROS et al., 2002). Originalmente, o rio Caceribu desaguava no rio Macacu, mas na década de 1960 os dois rios foram separados por uma grande obra feita pelo extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) que desviou o rio Macacu, através da construção do Canal de Imunana, para o rio

Guapimirim e sua correspondente bacia. Assim, após o encontro das águas do Macacu com o Guapimirim, esse trecho do rio passou a chamar-se Guapi-Macacu, desaguando também na Baía da Guanabara (COSTA, 2001 apud COUTINHO, 2003).

O rio Caceribu, apesar de ser o de maior vazão dentre os rios locais, tem apresentado níveis de poluição que tornam o seu uso impróprio para o abastecimento doméstico (COUTINHO, 2003). Por sua vez, o rio Guapi-Macacu tem extrema relevância para o abastecimento da região leste da baía, servindo aproximadamente 1,2 milhões de pessoas, embora não seja suficiente para atender à demanda na época de estiagem, devido à grande densidade demográfica. Ainda, nos dias atuais, porções do território das bacias estão inseridas em áreas protegidas de diferentes tipos, visando resguardar os ecossistemas e a própria sobrevivência dos rios, incidindo desde suas nascentes até seus estuários.

As transformações ocorridas nas atividades agrárias desta região a partir da colonização europeia são o ponto de partida e o foco deste histórico. Contudo, considera-se importante ressaltar que este processo não se iniciou num vazio demográfico nem num meio ambiente intocado: a região de entorno da baía da Guanabara já era habitada há mais de 8.000 anos por povos Tupi-Guarani, havendo, por volta do ano 1500, de 30 a 40 aldeias de índios tamoios ou tupinambás na área (NEGREIROS et al., 2002). Destes primeiros habitantes, herdamos os nomes da própria baía, de rios e localidades, além de traços culturais presentes em diversas instituições sociais de nossa sociedade (FREYRE, 1983). Com o início da colonização pelo litoral, essa população indígena foi intensamente reduzida, seja por conta de guerras, seja por doenças contagiosas introduzidas pelos colonizadores, ou pelas fugas de alguns grupos para o interior (DRUMMOND, 1997).

No passado, durante o Brasil Colonial e o Brasil Império, os vales do Caceribu e do Macacu destacavam-se como uma das mais importantes regiões agrícolas da Baixada da Guanabara. Ao longo de todo o século XX, mudanças que caracterizaram de modo geral as regiões litorâneas de ocupação antiga no Brasil – crescimento populacional, valorização das terras, urbanização,

diversificação econômica e industrialização – imprimiram também suas marcas na baixada da Guanabara.

Atualmente, apesar das transformações ocorridas, a agricultura e a pecuária ainda ocupam uma posição importante na região, sob a forma de extensas áreas de pastagem e pequenas unidades de fruticultura e horticultura (MACHADO, 1997), principalmente na região da bacia do Caceribu. Ao mesmo tempo, registra-se a presença de florestas e capoeiras principalmente na área do município de Rio Bonito, um dos mais florestados da região (COUTINHO, 2003).

O resgate histórico da ocupação destas bacias hidrográficas é de extrema relevância, em especial em relação à ocupação rural. Desta forma, serão priorizados os tipos de atividades agrícolas e demais usos do solo nos diversos contextos históricos, destacando suas características socioeconômicas, assim como alguns aspectos ambientais.

A respeito da disponibilidade de fontes bibliográficas para este estudo¹, nas análises históricas sobre o período colonial, verificou-se uma escassez de trabalhos acadêmicos que dêem conta da pequena produção agrícola e rural. Esta foi a principal dificuldade para a realização desse histórico da região do vale do Caceribu e Macacu, já que uma das preocupações era que todos os segmentos sociais envolvidos nesse processo fossem considerados. Para isto, foi necessário reunir fatos dispersos sobre cada localidade em diferentes períodos e interpretá-los à luz de análises históricas mais gerais para, assim, chegar a propor alguns parâmetros da realidade da ocupação regional.

O povoamento colonizador e seu sentido agrícola

O início da apropriação e do povoamento das áreas das bacias hidrográficas dos rios Macacu e Caceribu remonta a meados do século XVI, com o estabelecimento definitivo dos colonizadores portugueses e a fundação da cidade do Rio de Janeiro (CABRAL, 2004), logo após sua vitória sobre os

¹ Os caminhos da pesquisa bibliográfica e as dificuldades e limitações encontradas serão aprofundadas e incorporadas posteriormente para conhecimento.

franceses e os seus aliados tamoios na batalha pela Baía de Guanabara.

Entre 1566 e 1567, visando marcar presença no território e manter afastados outros europeus, foram concedidas as primeiras sesmarias no entorno da Guanabara, como se chamavam as grandes porções de terra doadas por Portugal, para serem administradas, exploradas e cultivadas. Somente tinha direito de receber uma sesmaria quem comprovasse a posse de riquezas ou tivesse prestado algum serviço importante ao reino - como um militar de alta patente, por exemplo (SILVA et al., 1980).

O primeiro povoamento surgido destas sesmarias e localizado na confluência dos rios Macacu e Caceribu foi Santo Antônio de Caceribu, que, em 1697, elevou-se de freguesia à vila, denominada Santo Antônio de Sá². Esta Vila de Santo Antônio de Sá (posteriormente município) foi a primeira criada na região e era a sede das seguintes freguesias que foram surgindo ao seu entorno: São João de Itaboraí, Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito; Nossa Senhora do Desterro de Itambi, Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim e Santíssima Trindade (CARVALHO, 1993, p. 42). A localização destas freguesias pode ser considerada o embrião dos atuais municípios de Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, Rio Bonito, Guapimirim e São Gonçalo.

Os rios Macacu e Caceribu foram fundamentais para o povoamento da região, pois promoviam a comunicação destes núcleos entre si, com a Baía de Guanabara e o Rio de Janeiro, proporcionando através de seus portos a circulação de pessoas e produtos (MACHADO, 1997). Para se ter dimensão do papel dos rios no processo colonizador do Recôncavo, vale lembrar que no início desta ocupação a região era extensamente coberta por florestas ou mangues, fazendo do transporte fluvial o meio mais viável e eficaz. Assim, as relações entre os vários povoados, cidades, vilas e engenhos que foram surgindo se processavam através das águas e seus portos (MENDES, 1950 apud CABRAL, 2007).

²No Brasil, até antes da proclamação da República, o dia da criação da vila correspondia à data da fundação do município.

A estrutura portuária, urbana e comercial surgida na baixada da Guanabara em função da cana-de-açúcar acabou servindo também ao ciclo de exploração mineral ao longo do século XVIII. A extração de ouro em Minas Gerais proporcionou a abertura de novos caminhos entre as áreas produtoras e os portos fluviais do fundo da Baía de Guanabara - incluindo aqueles das bacias do Caceribu e Macacu (COUTINHO, 2003) – incrementando assim o dinamismo socioeconômico da região com a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, o aumento populacional e a interiorização do povoamento ao longo dos caminhos para escoar o ouro.

Divisão social da produção de exportação e de alimentos: o Engenho de Açúcar e as pequenas unidades agrícolas

O açúcar foi o principal produto da economia colonial, sendo o Brasil o maior produtor mundial de açúcar durante o século XVI e início do XVII (VICENTINO, 1997). A produção do açúcar foi baseada no latifúndio monocultor, na mão-de-obra escrava africana e na exportação para a Europa, onde era muito valorizado. Na Baixada Fluminense e no vale do Macacu-Caceribu não foi diferente, onde o cultivo da cana-de-açúcar propulsionou o seu povoamento e foi a principal atividade econômica na zona dos municípios de Itaboraí, Rio Bonito e São Gonçalo durante todo o período colonial (séculos XVI ao XVIII) até meados do século XIX (MACHADO, 1997). Ao longo deste período, a economia açucareira sofreu algumas crises, como na segunda metade do século XVII – causada pela concorrência com o açúcar das Antilhas. No entanto, apesar de sua rentabilidade ter sido decrescente ao longo destes séculos, continuou sendo o principal produto das exportações, até meados do século XIX, com o apogeu cafeeiro (VICENTINO, 1997).

Grande parte da historiografia sobre o período colonial enfatizou uma estrutura social dual formada, por um lado, por grandes proprietários de terra e de escravos – os senhores de engenho – e, por outro lado, pela mão-de-obra cativa - os escravos -, menosprezando ou desconsiderando a existência de outros atores que também tiveram um papel social relevante no desenvolvimento histórico do Brasil e da região apresentada aqui, ainda que

com menor expressão econômica e numérica. Trata-se dos chamados “homens livres”³, que, entre outras funções sociais, foram os responsáveis pela produção de boa parte dos produtos agrícolas consumidos e comercializados, especialmente os gêneros alimentícios.

Embora até o início do século XX dominasse a orientação da monocultura para exportação, a especialização da produção agrícola não foi absoluta nos vales do Macacu e Caceribu. Isto porque a própria existência e manutenção do latifúndio monocultor propiciavam e dependiam da existência de uma agricultura desvinculada do mercado externo que produzisse alimentos para a sociedade local (SILVA et al., 1980; SANTOS, 1974). Nos vales do Macacu e, principalmente, do Caceribu, é importante destacar que a cultura canavieira não se destinava exclusivamente à produção do açúcar, mas também à de aguardente (e outros derivados da cana), que foi um produto com grande valor comercial, tendo sido importante moeda de troca no comércio de escravos e diamantes nas colônias portuguesas na África. Além disso, parte do açúcar produzido não era exportada, mas sim consumida no mercado local e no Rio de Janeiro.

As unidades de cultivo da cana e produção do açúcar, os engenhos, eram praticamente autossuficientes, isto é, produziam a cana de açúcar em larga escala, mas também os gêneros alimentícios para alimentar os escravos e todos aqueles que viviam na fazenda. A base alimentar da sociedade colonial era composta de alimentos emprestados das culturas indígenas, como o feijão, a mandioca, o milho, o cará, entre outros (DRUMMOND, 1997). Além desses, criavam-se galinhas, porcos e abelhas. Como os engenhos necessitavam de gado bovino para as moendas e para o transporte da cana, as fazendas também reservavam as extensas áreas de brejos, cobertas por campos naturais, para sua criação. Das matas, extraíam-se madeira para as construções e lenha para as moendas de cana; dos vales, extraía-se a argila

³ Esta categoria foi consagrada por Franco (1974 apud COUTINHO, 2005) e engloba diversos grupos como sitiantes, vendeiros, tropeiros, agregados e camaradas (ambos eram moradores em terras alheias, geralmente de um grande fazendeiro, para quem trabalhavam). O termo é útil por agrupar aqueles que não são nem escravos, nem fazendeiros, mas, por outro lado, limita a diversidade dos atores sociais por ele representado.

tabatinga para a fabricação de telhas e tijolos em pequenas e primitivas olarias (MACHADO, 1997).

Na economia colonial, a agricultura de alimentos, apesar de sua importância, recebeu um papel secundário e subordinado (LINHARES; SILVA, 1981), tendo sido marcantes as crises de abastecimento e a fome crônica.

A população rural livre existente - composta por brancos sem posses, negros alforriados, indígenas e mestiços - ocupou pequenas faixas de terra na forma de sítios, nos quais produziam alimentos para seu próprio sustento e vendiam os excedentes no mercado interno (SILVA et al., 1980). Estes sítiantes não se fixavam definitivamente em nenhum lugar, deslocando-se conforme a disponibilidade de terras livres ou sendo remanejados pela administração colonial para suprir a demanda por alimentos dos centros urbanos e de novos povoados, constituindo "a gênese dos pequenos agricultores no Brasil" (SILVA et al., 1980, p. 16). Além dos gêneros alimentícios, esta agricultura, que era realizada pelo trabalho familiar, produzia também os cultivos comerciais – cana, café e até mesmo mandioca –, ainda que em quantidade mínima, os quais eram vendidos para as grandes fazendas e engenhos próximos, para atravessadores ou nos pequenos mercados e portos locais.

O processo de fabricação dos produtos da cana nos engenhos e engenhocas esteve diretamente relacionado à exploração madeireira, pois consumia grande quantidade de lenha, tendo promovido o primeiro grande desmatamento da região. Outros usos da madeira também intensificaram esta atividade, tais como a fabricação de mourões de cerca, caixotes, cabos de enxada e machado, mobília e muitos outros utensílios agrícolas (DRUMMOND, 1997).

Na Vila de Santo Antônio de Sá, por exemplo, tamanha foi a relevância do comércio madeireiro que este se tornou uma das atividades mais importantes para a economia do distrito, igualando-se mesmo à agricultura, e chegando a ser o maior produtor de tábuas da capitania fluminense no último quartel dos setecentos, segundo revelam os dados do relatório do Marquês de Lavradio (CABRAL, 2004). Esse autor levanta a hipótese de que eram os pequenos

produtores rurais que exploravam comercialmente a madeira, impelidos por suas precárias condições de vida, enquanto os grandes fazendeiros não a comercializavam, devido à grande necessidade de madeira para a manutenção de seus engenhos.

Os crescentes desmatamentos decorrentes da extração madeireira e da expansão dos canais contribuíram para o assoreamento dos rios e córregos e, em consequência, para a obstrução da passagem das embarcações. As vias fluviais exigiam, portanto, constantes trabalhos de desobstrução, secagem dos alagados, construção de aterrados e reparo de pontes e estradas (MACHADO, 1997, p. 15-16).

No início do século XIX, se a Vila de Santo Antonio de Sá destacou-se pelo comércio de madeiras, foi ultrapassada, entretanto, por uma de suas freguesias, a de Itaboraí, que liderava na região em termos demográficos e produtivos, com 11.000 habitantes e 32 fábricas de açúcar e aguardente (ARAÚJO; PIZARRO, 1822 apud SANTOS, 1975, p. 18). Ao longo de todo o século XIX, Itaboraí manteve-se como o grande produtor canavieiro da região, apesar de algumas oscilações em decorrência do preço do açúcar, da concorrência com outras áreas produtoras e do surto cafeeiro, como se verá mais à frente.

Como foi apontado, a estrutura agrária das bacias do Macacu e Caceribu apresentava uma produção relativamente diversificada, ao contrário do que levam a crer análises macro-históricas sobre economia e agricultura no período colonial. Ainda assim, podemos caracterizar a estrutura agrária da região pelo predomínio do canavial, ainda que não absoluto. Um dado que ilustra bem essa configuração produtiva na qual os produtos da cana tiveram peso preponderante, mas não deixaram de figurar expressivamente os gêneros alimentícios, destacadamente a farinha de mandioca, é a listagem dos produtos oriundos da Freguesia de Santíssima Trindade (atual Papucaia, em Cachoeiras de Macacu) em 1778, que produziu 26 caixas de açúcar, 15 pipas de aguardente, farinha de mandioca, milho, arroz e feijão (FORTE, 1937, p. 5 apud CARVALHO, 1993).

Transformações na dinâmica demográfica e produtiva

Entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, alguns acontecimentos históricos causaram abalo no modelo primário-exportador baseado na mão-de-obra escrava nas regiões da Baixada da Guanabara. Em primeiro lugar, a produção canavieira passou por momentos de crise gerados tanto pelas oscilações do preço do açúcar no mercado internacional, quanto pela concorrência com a produção de Campos dos Goytacazes, de maior nível técnico e produtividade. Em segundo, o advento do surto cafeeiro nos vales do Macacu e do Caceribu contribuiu para a conversão de canaviais em cafezais nas áreas propícias a este. Além disso, houve a diminuição progressiva da mão-de-obra escrava por causa de sucessivas epidemias de cólera, febra amarela e malária, a proibição do tráfico negreiro (1850) e, por fim, a abolição da escravatura (1888).

Apesar de estes fatores terem interferido negativamente na atividade canavieira das regiões dos vales do Caceribu e do Macacu, isto não significou o seu fim. As grandes fazendas permaneceram, consorciando a cana com a produção de gêneros alimentícios destinados ao mercado interno e incorporando a crescente mão-de-obra livre. A produção de alimentos tornava-se cada vez mais necessária, em especial depois que se deu a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, quando a cidade cresceu de 50 mil para 100 mil habitantes entre este ano e 1822.

Além do Rio de Janeiro, Niterói e Itaboraí desenvolviam-se como importantes centros urbanos. Em meados do século XIX, Itaboraí contava com diversas oficinas e fábricas, tais como alfaiatarias, fabricantes de licores, de velas, de charutos, de louças e de fogos de artifício. Em suas ruas, observava-se a presença de carpinteiros e mestres de obras, construtores navais, caldeiros, chapeleiros, donos de confeitaria e refinadores de açúcar, fundidores, marceneiros, ourives, pintores, pedreiros, sapateiros (SANTOS, 1974). Enfim, um quadro que revela um período de transformações na estrutura agrária da Baixada da Guanabara, aumentando sua urbanização, por um lado, e intensificando a produção agrícola de alimentos, por outro.

Outro acontecimento relevante foi o processo de dismantelamento do sistema de sesmarias e a posterior instituição da Lei de Terras, em 1850, que favoreceu os grandes proprietários, já que a terra pública só poderia ser adquirida por compra do governo ou por pagamento de impostos para regularizar os acordos de terra já feitos. Além disso, estes eram os que reuniam as condições para manter-se na terra, desalojar posseiros destituídos de recursos, contratar bons advogados, influenciar juízes e legalizar a posse da terra (FAUSTO, 1995). Apesar da instituição da Lei de Terras não ter favorecido a formação de um amplo campesinato, não impediu que se expandissem as posses e ocupações de terras pelos homens livres e pobres ou negros fugidos (LINHARES 1981; SILVA, 1980).

Sabe-se que em Itaboraí, junto ao cultivo para exportação, produzia-se e comercializava-se arroz, feijão, batatas, milho e hortaliças. O peso da produção de alimentos na economia deste município é evidenciado por registro no Almanaque Laemmert⁴ de que o número de produtores sob a rubrica “lavradores diversos” é significativamente maior que o número de produtores de cana e café. Por exemplo, em 1868 o documento registra 178 “lavradores diversos”, 60 produtores de café e 32 de cana⁵ (SANTOS, 1974, p. 66).

A produção de farinha, por exemplo, era uma atividade importante em Itaboraí e era comercializada para o mercado da Corte através do Porto das Caixas. Ao final deste século, tamanha era a importância da farinha de mandioca, que o seu cultivo ocorria como atividade exclusiva de algumas unidades agrícolas de Rio Bonito e Itaboraí. Em 1870, por exemplo, Itaboraí possuía duas fábricas de farinha e uma feccularia a vapor (SANTOS, 1974, p. 67).

Outras atividades produtivas que também atendiam tanto às populações locais e à capital eram a produção de tijolos, telhas e estruturas de madeira para a construção civil. As olarias continuavam a se destacar na região de

⁴ O Almanaque Laemmert é o mais antigo almanaque brasileiro, contendo informações sobre economia e comércio entre o século XIX e início do século XX. Foi publicado no Rio de Janeiro entre 1844 e 1889, pelos irmãos Eduard e Heinrich Laemmert que foram os pioneiros do mercado livreiro e tipográfico brasileiro.

⁵ Estes números correspondem ao quantitativo de menos de 3 freguesias de Itaboraí (SANTOS, 1974: 66).

Itaboraí como importante ramo industrial, embora nem sempre estivessem isoladas da lavoura, como em Porto das Caixas, por exemplo, onde havia 2 olarias associadas à lavoura em meados do século XIX (SANTOS, 1974).

O Surto Cafeeiro e as Ferrovias

No Brasil, o café destinou-se inicialmente ao consumo doméstico, sendo cultivado no Recôncavo da Guanabara e entorno do Rio de Janeiro desde a metade do século XVIII, como agricultura complementar aos gêneros alimentícios. Quando se elevou seu valor no mercado internacional, passou a ser produzido em escala comercial, entrando para o rol das culturas ligadas ao sistema primário-exportador empreendido nas regiões do Vale do Macacu e do Caceribu. A orientação nitidamente canavieira da região, entretanto, impediu que a monocultura cafeeira tivesse exclusividade no mercado de exportações.

O período de cultivo de café estimulou ainda mais o crescimento da freguesia de Itaboraí, o que culminou com a sua emancipação de Santo Antônio de Sá, em 15 de janeiro de 1833. A então Vila de Itaboraí incorporou as freguesias de Itambi e Rio Bonito. Esta última, por sua vez, deu lugar a uma expressiva produção cafeeira em suas áreas montanhosas, o que contribuiu para seu crescimento econômico e sua decorrente emancipação de Itaboraí, em 1890 (SOARES, 1988).

O aumento da produção do café exigiu maior capacidade de transporte de carga, o que promoveu a construção de ferrovias para escoar a produção no alto da serra. A Estrada de Ferro Cantagalo foi construída em 1857, e ligava Santana do Japuíba, atual Cachoeiras de Macacu, até Nova Friburgo, e posteriormente, prolongada até o município de Santa Maria Madalena, atravessando Cantagalo. Já a Companhia Ferrocarril Niteroiense criou um terminal na sede de Rio Bonito, em 1880, e tempos depois, os trilhos desta estrada de ferro foram prolongados até Macaé.

Os vales do Macacu e do Caceribu foram atravessados por uma malha ferroviária considerável, o que promoveu diversas mudanças na dinâmica regional. Uma das interferências no vale do Macacu foi a reativação da sede

de Santo Antônio de Sá, que havia sofrido um processo de esvaziamento depois de ser assolada por inúmeras epidemias⁶ entre 1831 e 1835. A construção da ferrovia em Sant'ana do Japuíba contribuiu para a transferência da sede de Santo Antônio de Sá para esta localidade e para o surgimento de um importante entreposto comercial, por ter se tornado um local de transbordo para a subida da serra⁷ (CARVALHO, 2003).

No vale do Macacu, apenas algumas localidades produziram o café, como Faraó, em Cachoeiras de Macacu, por exemplo. Contudo, é interessante lembrar que este município sofreu períodos de esvaziamento promovido pelos surtos epidêmicos, influenciando a sua ocupação. A economia deste município, até 1930, baseava-se na produção de gêneros alimentícios e a esta época exportava milho, feijão e farinha (GEIGER; MESQUITA, 1956).

A ferrovia também tornou o município de Rio Bonito um dos maiores entrepostos de produção e comércio da região do Vale do Caceribu, perdendo esta posição para Macaé quando posteriormente a linha do trem foi estendida para esta localidade.

Ainda que o cultivo do café tenha impactado a economia dos vales do Macacu e do Caceribu por sua grande aceitação externa, sua passagem pela região foi relativamente curta - de meados da década de 1840 até o início da década de 1870. A análise da crise da produção do açúcar e do café nesta região não pode ser considerada de forma isolada, já que se verificava em toda a economia fluminense. Por outro lado, esta crise, apesar de séria e duradoura, não tem a ver com a noção de decadência, mas refere-se a um conjunto de dificuldades para superar os entraves colocados pelo processo de transição das relações do trabalho escravo para o trabalho livre e à tentativa de encontrar alternativas de reconversão da economia (FERREIRA, 1994).

⁶As epidemias eram recorrentes em toda a extensão territorial do Rio de Janeiro, sendo que na região do Vale do Caceribu e Macacu, estas foram de maior repercussão. Houve inúmeros casos ocorridos, como uma epidemia de cólera, que em 1856 assolou a região de Rio Bonito, levando, em apenas 8 dias, a morte mais de 30 escravos da Fazenda Rio Seco. (SANTOS, 2006: 31)

⁷A função de entreposto comercial a cidade iria perder no período pós-guerra, quando o ramal ferroviário de Cantagalo foi desativado.

Além da concorrência com a produção cafeeira do vale do Paraíba e canavieira de Campos (SANTOS, 1974), outros fatores a serem considerados na compreensão desta crise são os efeitos ambientais decorrentes de consecutivos anos de exploração madeireira, de cana-de-açúcar, e, posteriormente de café. A cobertura florestal e o mangue foram drasticamente desmatados e os solos desgastados. Outro ponto era a inadequação das terras de várzea para o cultivo do café - já que as condições mais propícias para sua produção eram as áreas montanhosas. A falta de limpeza e desobstrução dos rios e canais de drenagem depois da diminuição da movimentação dos portos fluviais também promoveu o alagamento de grandes trechos de terrenos, o que favoreceu a disseminação de doenças.

Os alagamentos, a crise açucareira e, posteriormente, a cafeeira e de mão-de-obra contribuíram para um gradativo desinteresse e abandono das terras por parte de grandes proprietários. Segundo Grynszpan (2009), estes anos de alagamento e abandono conferiram à Baixada uma representação de região de fronteira, como se tivesse retornado a um estado anterior à chegada dos colonizadores.

Novas dinâmicas socioeconômicas, políticas e ambientais sobre a estrutura agrária e produtiva da Baixada da Guanabara – final do século XIX até meados do século XX

Os processos apontados acima não incidiram por igual em toda a região das bacias do Macacu e do Caceribu. Rio Bonito, por exemplo, não sofreu diretamente com os alagamentos como as terras baixas de Cachoeiras de Macacu, Itaboraí e Guapimirim. Também, apesar da tendência de baixa do açúcar entre as últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, havia uma significativa produção agrícola em diversas localidades, que não se baseava unicamente nos produtos valorizados no mercado internacional. Desta forma, o abandono de parte dos grandes proprietários não significou que a região estivesse despovoada e nem que a agricultura estivesse em decadência.

Entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, o traço marcante no desenvolvimento histórico da Baixada Fluminense foi uma mudança na correlação de forças entre a agricultura e a indústria, com a progressiva expansão da última sobre a primeira (GEIGER et al., 1956, p. 33).

Segundo Geiger e Mesquita (1956), a decadência do engenho do açúcar transformou a economia de diversas grandes fazendas da Baixada da Guanabara, muitas tendo passado a se apoiar na extração vegetal ou na produção de cerâmica, ou criando extensos pastos para rebanhos bovinos ou investindo na plantação de pomares. Este autor ressalta que a produção de laranjas valorizou as terras e provocou uma fragmentação de algumas fazendas em lotes de pequenos sítios com laranjas. Especialmente na Baixada da Guanabara, ao longo do segundo e terceiro quartéis do século XX, o cultivo da laranja foi ganhando o espaço deixado pela lavoura canavieira, chegando a ocupar a posição de principal item da pauta de arrecadação do estado do Rio, anteriormente ocupada pelo açúcar e pelo café.

Se a fruticultura e a pecuária iriam ocupar o espaço do canavial e do cafezal como geradoras de rendas para o estado como um todo (FERREIRA, 1994, p. 53), ainda assim, a agroindústria açucareira alcançou certa recuperação. Um sinal desse novo fôlego foi a criação de uma usina em 1920, em Tanguá, vale do Caceribu, que à época pertencia ao município de Itaboraá (GEIGER; MESQUITA, 1956).

A olaria beneficiou-se com o acelerado crescimento urbano do Rio de Janeiro e de Niterói, o que aumentou muito a demanda por telhas e tijolos para a construção civil. Como já mencionado, a produção oleira na Baixada da Guanabara criava uma conseqüente necessidade de lenha para a manutenção dos fornos, que era extraída tanto das encostas dos morros, quanto do mangue. Entretanto, a extração vegetal não se limitava a fornecer combustível para a produção oleira. À medida que se intensificava a urbanização do Rio de Janeiro e das sedes municipais na Baixada, a extração vegetal tendia a crescer, tanto para a produção de madeiras para a construção civil quanto para a produção de carvão, para uso doméstico e, sobretudo, nas olarias espalhadas pelo vale do Caceribu, como por exemplo,

em Itaboraí e em Rio Bonito, onde havia sitiante que se dedicavam exclusivamente à fabricação de carvão, e vale do Macacu, com destaque para Magé e Cachoeiras de Macacu, onde, por exemplo, dos 243 estabelecimentos registrados em 1950, 40 dedicavam-se ao comércio de madeira, lenha ou carvão vegetal. A lenha foi um insumo tão importante que diversas empresas industriais compraram grandes terrenos na Baixada da Guanabara com vistas à extração das matas e capoeiras e também com o plantio de eucalipto, o qual perduraria até os dias atuais em algumas localidades.

Ainda que o café não tenha desaparecido completamente de Rio Bonito, sua ênfase passou a ser a exploração de lenha, de carvão vegetal, a produção de banana – nas encostas dos morros – e de outros produtos alimentícios somadas à instalação de alguns alambiques. Esta diversificação na produção agrícola contribuiu para manter a população rural no local, mesmo depois da decadência cafeeira, como atestam dados demográficos. Entre 1940 e 1950, a população rural manteve estacionária (com cerca 17.500 habitantes) enquanto a população urbana registrou um pequeno crescimento (de 5.000 para 8.000 habitantes aproximadamente) (GEIGER; MESQUITA, 1956, p. 39).

Em Itaboraí (incluindo Tanguá), predominava o cultivo da cana e, posteriormente, da laranja. Apesar das grandes fazendas concentrarem a maior parte das terras, existia pequenos produtores, como também em Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu. Em geral, estes tinham a posse dos terrenos acidentados ou mais distantes da usina e dos engenhos, ou eram antigos trabalhadores do engenho que tinham arrendado frações de terras de algumas propriedades (BASTOS, 1977). Além destes cultivos, o café ainda era consorciado principalmente com a produção da cana, da farinha de mandioca e do milho, que tinham produção significativa. De modo geral, a economia de Itaboraí neste período esteve baseada, além da cana e da laranja, na pecuária, olaria, extração de lenha e produção de carvão. A produção de farinha de mandioca também teve destaque, se expandindo sobre áreas ociosas e alguns engenhos continuaram a funcionar até meados do século XX. Entre 1940 e 1950 a população de Itaboraí teve um aumento considerável, passando de 20.453 para 25.684 habitantes na zona rural,

quase a maioria da população total do município, que foi de 24.370 para 30.228 respectivamente (GEIGER; MESQUITA, 1956, p. 39).

Houve um crescimento populacional, em meados do século XX, observado em todos os municípios da Baixada da Guanabara, sobretudo em São Gonçalo, cuja população total aumentou de 89.528 para 127.276 entre 1940 e 1950, registrando o maior crescimento na zona urbana e um dos menores na zona rural, somente maior que o de Rio Bonito. Porém, deve-se considerar que a falta de estímulo e condições à pequena agricultura, a concentração de terras e a criação de postos de trabalho assalariado nas indústrias provocou um movimento migratório para as cidades, sobretudo o Rio de Janeiro.

O crescimento populacional de São Gonçalo e Itaboraí deve-se à expansão da fruticultura, mas, sobretudo, à expansão da urbanização e da industrialização. Paralelamente a continuidade e o surgimento de atividades agropecuárias importantes na economia regional, em Itaboraí, São Gonçalo e Magé, com a tendência de valorização das terras gerada pelas obras de saneamento, algumas grandes propriedades começaram a ser loteadas e uma das modalidades de valorizar os terrenos foi estabelecer pomares, pois se tratava de uma cultura permanente que não exigia mão de obra muito numerosa. Os laranjais serviram de propagandas para a divisão das terras e venda de pequenas chácaras, primeiro tipo de loteamento (GEIGER; MESQUITA, 1956, p. 101). Segundo estes autores, a fruticultura deslocava-se sob a influência dos loteamentos e em época de instabilidade dos mercados externos uma parte das bananas destinava-se às fábricas de doces e uma parte das laranjas destinava-se à cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo, o mercado interno passou a consumir cada vez mais frutas. (GEIGER; MESQUITA, 1956. p.103-104).

Em Cachoeiras de Macacu, a maior parte da produção baseava-se na policultura para o abastecimento interno. Um ponto a acrescentar sobre a ocupação deste município é que foi palco de intensos conflitos sociais, pois cada vez que cessavam os surtos epidêmicos, os antigos donos retornavam e encontravam as terras ocupadas por colonos (Relatório do Inepac apud GIULIANI; CASTRO, 1996).

O abastecimento de alimentos para o Rio de Janeiro e arredores foi alvo de incentivo oficial na década de 1930, quando o Governo Federal (então sediado na cidade) empreendeu medidas sistemáticas de recuperação das áreas abandonadas e alagadas em grande parte da Baixada Fluminense, com o objetivo de fomentar a colonização das terras públicas e o desenvolvimento de culturas intensivas, passando pelo estabelecimento de uma rede viária e de transportes para o escoamento da produção, que consolidaria um “cinturão verde” para minimizar os problemas de abastecimento (GÓES, 1939, p.19-20 apud GRYSZPAN, 2009).

Na década de 1930 foi iniciada uma série de obras de retificação, saneamento e drenagem da bacia do Macacu-Caceribu, que se estendeu até 1960, culminando com a separação destes rios, fazendo com que o Caceribu passasse a desaguar sozinho na Baía da Guanabara e o leito do Macacu fosse desviado para o rio Guapimirim através da construção do Canal de Imunana. Assim, a bacia hidrográfica original foi dividida em duas (MACHADO, 1997). Estas obras diminuíram as enchentes e alagamentos na região, que há séculos dificultavam a ocupação e o uso agrícola das terras baixas da Baixada.

Nas décadas de 1930 e 1940, mesmo com as grandes obras públicas de saneamento, drenagem e rodovias, assim como a criação de núcleos agrícolas, havia desinteresse e abandono por parte de alguns grandes proprietários de terra. O impulso da citricultura se manteve forte até o início da década de 1940, mas também perdeu mercado em decorrência da 2ª Guerra Mundial, uma vez que os grandes países importadores estavam envolvidos diretamente na guerra. Em consequência, os lavradores envolvidos de formas diversas na produção da laranja foram aos poucos liberados. As obras de saneamento e criação dos Núcleos de Colonização funcionaram como um fator de atração de mais lavradores para a região, em busca de estabelecerem. Por outro lado, tais intervenções não só possibilitaram e estimularam o estabelecimento de agricultores, como também promoveram a valorização das terras e sua incorporação por capitais especulativos, fazendo eclodir graves conflitos agrários (GRYSZPAN, 2009).

Agricultura, Pecuária, Indústria e concentração fundiária

Segundo análise dos dados do Censo de 1940, Geiger e Mesquita (1956) inferem que, apesar da área ocupada por atividades agrícolas na Baixada Fluminense (excluindo-se a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal) ser menor que a área ocupada por pastos, o valor da produção agrícola era mais de quatro vezes maior que o valor da produção pecuária. Um dado que revela com clareza a função meramente especulatória das grandes fazendas de gado é o baixo valor da produção deste setor, cerca de dez vezes menor que o valor da produção agrícola, ocupando, no entanto, a maior parte das terras. Para Geiger e Mesquita (1956), os dados referentes ao setor de pecuária do Censo de 1940 demonstram que se trata na maioria de latifúndios improdutivos.

Observando-se somente os dados relativos a propriedades dedicadas à agricultura, o autor identificou que em 1940 a produção em pequena escala era cerca de seis vezes maior que a de grande escala (Cr\$ 40.000.000,00 e Cr\$ 7.000.000,00 respectivamente), o que atesta o papel significativo da pequena produção agrícola na Baixada, ainda mais se consideramos que do valor total da produção de grande escala (Cr\$7.000.000,00) sua quase maioria correspondia à produção canvieira do município de Campos (GEIGER; MESQUITA, 1956a, p. 70-71). Pode-se assim deduzir que neste período, ao menos, boa parte da produção agrícola oriunda das bacias do Macacu e Caceribu provinha de formas de organização produtiva de pequena escala.

Seguindo as teses de Geiger e Mesquita (1956) sobre a dinâmica agrária da Baixada Fluminense, entende-se que, em áreas com produtos valorizados, onde o capital visa expandir a monocultura concentrando as terras, paradoxalmente as pequenas unidades ao seu redor conseguem resistir e perdurar, justamente pela existência de uma grande propriedade, que lhes garante estabilidade, pois, representa mercado garantido para sua produção e financiamento.

Outro fator de concentração de terras, de acordo com os autores, foi a demanda por produtos valorizados não agrícolas, como a lenha, a argila e até mesmo a pecuária bovina. Já nestas áreas de atividades florestais e pecuária

era mais difícil florescerem pequenas e médias propriedades, como ao redor das grandes lavouras. Uma comparação exemplar deste contraste é oferecida por Geiger et al. sobre a parte norte e sul de Itaboraí: na primeira, tipicamente pecuária, onde estão os distritos de Itambi e Sambaetiba, o número de propriedade era bem menor em 1949, com 88 e 34 respectivamente. Já no sul, nos distritos da sede, de Cabuçu e de Tanguá, onde se cultivava cana e gêneros, havia, respectivamente, 225 propriedades, sendo 204 menores de 50 hectares (GEIGER; MESQUITA, 1956, p. 59).

Como foi visto, as obras de saneamento e dragagem tinham o objetivo anunciado de favorecer o desenvolvimento das lavouras. No entanto, as mesmas tiveram o efeito contrário, estimulando a grilagem e a concentração de terras para fins de especulação e futuro loteamento. Empresários e bancos imobiliários adquiriam grandes extensões de terras (muitas vezes a baixos preços, devidos a quedas na exportação de laranjas ou cana) visando a futuros parcelamento (GEIGER; MESQUITA, 1956, p. 60). Assim, pode-se dizer que a expansão da urbanização através dos loteamentos foi precedida por um movimento de reconstituição de grandes propriedades.

Colônias Agrícolas

As Colônias Agrícolas servem como um instrumento do poder público para desapropriar as terras privadas rurais que não cumprem a sua função social. (RIBEIRO, 1984 apud CARVALHO, 1993). Lembramos que nas décadas de 1950 e 1960, no estado do Rio de Janeiro, bem como em todo o Brasil, havia tensões sociais que pressionavam o Congresso Nacional a adotar um Plano de Reforma Agrária. A idealização dos Núcleos Agrícolas no Estado do Rio de Janeiro foi uma medida para minimizar os conflitos agrários existentes, diminuir o êxodo rural e desenvolver um “cinturão verde” voltado para o abastecimento do Grande Rio. Até 1955, dos 7 núcleos coloniais criados no estado do Rio, apenas o de Macaé estava fora da Baixada Fluminense. Destes, dois núcleos foram criados na região das bacias hidrográficas dos rios Macacu e Caceribu, nos municípios de Magé e Cachoeira de Macacu (AREZZO, BARROS, 1984 apud GRYSZPAN, 2009).

Assim, a criação destas colônias esteve relacionada ao surgimento de disputas

violentas pela terra em vários lugares da Baixada Fluminense, como em Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Itaboraí, São João da Barra, Magé e Itaguaí (CARVALHO, 1993). Em muitas localidades, os conflitos foram acentuados pela atuação de especuladores e grileiros, que buscaram despejar e/ou expropriar os antigos moradores da região ou posseiros em busca de terras para o mercado imobiliário (GRYNSZPAN, 2009). A indefinição dos limites e da titulação dos terrenos favorecia ainda mais a grilagem das terras, dando margem a diversos conflitos. Quando se tratava de terras públicas, a confusão aumentava, pois não se dispunha um cadastro (GEIGER; MESQUITA, 1956).

Uma das Colônias Agrícolas criadas foi a de Papucaia, em Cachoeiras de Macacu, que assentou aproximadamente 500 famílias deslocadas das áreas citricultoras da Baixada Fluminense (Coleção Perfis Municipais, 1988 apud GIULIANI; CASTRO, 1996). O Núcleo de Colonização de Papucaia foi criado em 1951 pelo Ministério da Agricultura, através do Instituto Nacional de Colonização - INIC, segundo o Departamento de Projetos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (CARVALHO, 1993).

A criação do Núcleo deu-se através da compra de 2.500 alqueires de terras particulares, que englobavam as fazendas Soarinho, Nova Ribeira, Papucaia e Colégio. Posteriormente, com a finalidade de se implantar um distrito de colonização, foram incorporadas as glebas Ribeira, Quinzanga, Vechi, Vargem Grande e Boa Morte, compreendendo uma área total de 21.540 ha (MARTINS, 1955 apud BASTOS, 1977; CARVALHO, 1993).

No plano de execução deste núcleo, foi previsto o cultivo de frutas (banana, abacaxi, citrus, entre outras), de olerícolas (jiló, abóbora, quiabo, feijão, vagem, entre outras) e os cultivos anuais de arroz, milho, feijão e mandioca, além da criação de pecuária leiteira. A comercialização dos produtos seria feita por Cooperativas Integrais da Reforma Agrária (CIRA), que no local se realizou através da Cooperativa de Produtores Hortigranjeiros de Papucaia (COPA) (CARVALHO, 1993).

Além da colonização oficial, o município de Cachoeiras de Macacu recebeu

colonos japoneses, frutos da colonização particular, principalmente no 3º Distrito de Subaio (em Funchal) e no 2º Distrito (Areia Branca) (CARVALHO, 1993). Juntamente com os japoneses chegaram os italianos que também estavam interessados nas terras para viver da lavoura.

Assentamento São José da Boa Morte

Um dos conflitos de terra da região mais conhecidos da região ocorreu na década de 50 em São José da Boa Morte, Cachoeiras de Macacu, quando a fazenda “São José”⁸ foi denunciada por penetrar na área do Núcleo de Colonização Papucaia. Esta fazenda era considerada improdutiva e sua ação, referida como grilagem, teria reduzido as dimensões do Núcleo. A solução dos lavradores para recuperar as terras foi a ocupação da área (BASTOS, 1979) que foi acompanhada de fortes pressões sociais pela sua desapropriação, o que acabou ocorrendo em fins de 1963. Entretanto, no início do regime de ditadura militar, entre os anos 1965 e 1966, a área desapropriada foi devolvida integralmente aos antigos proprietários, provocando um ressurgimento do conflito de terra.

Em Cachoeiras de Macacu, os trabalhadores rurais se mobilizaram através do movimento sindical (Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR - Cachoeiras de Macacu, Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAG/RJ e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG) e da Igreja Católica (Comissão Pastoral da Terra), os quais interpelaram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA a resolver a situação.

Os trabalhadores persistiram e, em 1979, o conflito chegou a seu ápice com a prisão de diversos lavradores e um padre, acusados de invadirem as terras da fazenda. Esta ação provocou novamente uma forte mobilização social, levando a liberação dos trabalhadores e a posterior desapropriação da área pelo INCRA, o que se efetivou em 22 de janeiro de 1981⁹ (GIULIANI; CASTRO, 1996).

A Colônia Agrícola de Papucaia e o Assentamento São José da Boa Morte

⁸ A fazenda também era conhecida localmente como “Agrobrasil” e do “Marinos”, nomes respectivamente da firma proprietária e do administrador da fazenda na época do conflito (Bastos, s.d.).

⁹ O decreto nº 85.661/81 ainda está vigorando nos dias atuais.

repercutiram de forma positiva na produção agrícola do município de Cachoeiras de Macacu, já que um dos seus objetivos foram cumpridos: o crescimento dos cultivos olerícolas e frutícolas. Por outro lado, em alguns casos, verificou-se a especulação imobiliária com os lotes, o plantio de eucaliptais para a produção de lenha, a substituição de verduras por bananais, etc. A ocorrência desses casos em São José da Boa Morte pode estar relacionada ao pouco apoio institucional para a manutenção do projeto, que dificultou o sucesso da pequena produção do ponto de vista econômico. Algumas das dificuldades enfrentadas pelos colonos foram a falta de luz e água potável em algumas áreas, a ausência de maquinário para drenagem dos terrenos e de linhas de crédito, etc. Mesmo nessas condições, havia colonos com interesse em continuar nas terras e produzir, e uma das alternativas encontradas para superar as dificuldades foi a formação da Associação de Pequenos Produtores de São José da Boa Morte, que em fins da década de 1980, contava com 70 associados (MEYER et al., 1986).

Panorama das principais atividades agropecuárias (1920-1970)

Tradicionalmente, a produção de gêneros alimentícios na Baixada é oriunda principalmente de pequenas roças, cultivadas pelos moradores das fazendas sob o sistema de rodízio de terras, com a permissão dos proprietários, enquanto o canavial ou o bananal não crescia, por exemplo, ou em áreas da fazenda impróprias ao cultivo do produto mais valorizado. Podemos presumir que, até meados do século XX, não havia praticamente nenhum incentivo a esta prática uma vez que, segundo Geiger e Mesquita (1956), muitos dos novos proprietários e outros antigos foram tornando-se também comerciantes, possuindo armazéns e galpões próximos às usinas, olarias e fazendas, onde se vendiam gêneros alimentícios vindos de outras regiões para a população local. Outro fator que também contribuiu para o enfraquecimento do cultivo de alimentícios foi a criação de postos de trabalho assalariado na fruticultura e na pecuária, bem como nas indústrias (GEIGER; MESQUITA, 1956).

Além dos condicionantes sociais à pequena produção de gêneros alimentícios, de modo geral, as terras da Baixada são muito quentes para diversas culturas hortícolas e oferecem produtividade muito baixa aos cereais em comparação a

outras áreas produtoras do país, especialmente o milho e o feijão. Por outro lado, as melhores terras eram destinadas às culturas mais comerciais. A mandioca, por exemplo, era comumente cultivada em solos desgastados pelo abacaxi. Dados que cruzam valores de produção com os tamanhos das propriedades atestam que as pequenas e médias propriedades produziam mais intensamente e em maior variedade que as grandes. A partir dos anos 40, a produção de gêneros alimentícios ganhou certo fôlego, especialmente a mandioca para produção de farinha, que teve alta de preço e fez reviver antigos engenhos em áreas ainda não loteadas e com fraca citricultura. Dados apresentados por Geiger e Mesquita (1956) levam a crer que, ao menos até o final dos anos 40, a cultura de verduras e legumes demandava como insumo certa quantidade de esterco e era cultivada apenas por pequenos produtores: pequenos proprietários, meeiros e arrendatários.

Cana

A cana é a matéria-prima de uma das principais mercadorias produzidas na Baixada da Guanabara. A produção do açúcar contribuiu em muito para o desenvolvimento da região das bacias hidrográficas dos rios Macacu e Caceribu. No início do século XX, a produção açucareira destas áreas estava em baixa, enquanto que a produção de Campos prosperava. Entretanto, as lavouras de cana e os engenhos ainda resistiam em Itaboraí, Rio Bonito e São Gonçalo.

Depois de anos de oscilação no preço e concorrência no mercado internacional, alguns acontecimentos, como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), favoreceram a produção açucareira. Nesta nova conjuntura, o açúcar do Nordeste voltou-se a destinar essencialmente ao mercado externo, reduzindo-se a competição interna com o açúcar fluminense, e, conseqüentemente, ampliou-se o mercado consumidor e valorizou-se os preços no Rio de Janeiro (FERREIRA, 1994, p. 46).

Um novo fôlego à cultura da cana da região das bacias hidrográficas dos rios Macacu e Caceribu deu-se na década de 1920, quando foi criada a usina de Tanguá, localizada em Itaboraí. A área da usina compreendia as fazendas de Tanguá, São Joaquim, Silveira e Engenho Novo, com engenhos que foram gradativamente sendo paralisados, além de terras pertencentes a pequenos sítiantes.

Até a década de 1920, a lavoura canavieira era feita no sistema de roças e a fabricação de açúcar dava-se no engenho, mas com a chegada da usina ocorreram algumas mudanças, pois os canaviais foram concentrados nas proximidades da usina. Outro acontecimento que favoreceu a produção de cana foi a criação da destilaria em Tanguá, no ano de 1945. Esta indústria contava com aproximadamente 600 operários e o regime de trabalho predominante era o assalariado. Na usina também havia alguns colonos financiados por ela, que produziam para si, os gêneros alimentícios, em roças, nas terras cansadas, onde havia se retirado o canavial (GEIGER; MESQUITA, 1956).

O desenvolvimento da indústria açucareira estava longe do vigor de outrora, e nos tempos de baixa, era comum assistir queimadas de canaviais e ampliação dos pastos. Por outro lado, a cana também se destinava à produção de aguardente e de álcool, que atenuaram a crise nas zonas açucareiras, pois cada vez mais ganhavam espaço no mercado interno. A aguardente era um dos principais produtos da área rural. Na área dos engenhos de aguardente, predominava a plantação de cana em pequenas roças, no sistema de parceria. Em 1950, Itaboraí e Rio Bonito somavam 42 alambiques. Neste ano, a produção de aguardente de Rio Bonito foi de 660.000 litros e de Cachoeiras de Macacu 800.000 litros.

Na década de 1950, na região da bacia dos rios Macacu e Caceribu o maior produtor era Itaboraí, destacando-se dos demais municípios da região, com 2.200 ha de área cultivada, seguido por Rio Bonito com 360 ha; Cachoeiras de Macacu com 194 ha e São Gonçalo com 110 ha. Por outro lado, a produção destes municípios não se comparava à de Campos, de longe o maior produtor da Baixada da Guanabara neste período, com 39.300 ha de área cultivada (GEIGER; MESQUITA, 1956).

Fruticultura

a) Laranja

A produção da laranja era realizada na região da Baixada pelos pequenos proprietários e posseiros ou pelos trabalhadores das grandes fazendas, em pequena escala, na própria lavoura de cana, enquanto esta não crescia. O

cultivo da laranja ganhou espaço quando o açúcar novamente perdeu seu valor comercial, fazendo inclusive recuar a criação bovina. Com o passar do tempo e a consolidação do comércio de laranjas em nível das exportações, foi a cana que passou a ser plantada no meio das laranjeiras novas, como cultivo secundário e de baixo potencial comercial. Este tipo de consórcio entre a laranja, lavoura para fins comerciais, e a cana e outros gêneros, como a mandioca, a chamada “lavoura branca”, com fins de autoconsumo, prevaleceu nas pequenas unidades agrícolas trabalhadas por famílias (BASTOS, 1977).

A laranja começou a se desenvolver no município de Itaboraí por volta de 1913. Até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a produção restringia-se a laranja seleta, mas com a exportação, tornou-se necessária uma laranja pequena de casca fina, que desse maior número por caixa e se conservasse bem. Desde então, iniciou-se o cultivo de laranjas pêra e natal. Além disso, o mercado interno no Rio de Janeiro crescia e demandava maior variedade de tipos de produção, como laranja seleta, laranja lima e também tangerinas. Contudo, nessa época a exportação das frutas prevalecia, por apresentar um comércio mais simples com menos intermediários. Além disso, a variedade de espécies de frutas cítricas dava maior garantia ao produtor, já que a colheita se dava em épocas diferentes. Mesmo assim ainda havia inúmeros riscos devido às constantes oscilações do preço da laranja durante o ano, devido às entressafras.

A laranja era produzida tanto por pequenos sítiantes, quanto por antigos fazendeiros e comerciantes. Destes, uns eram novos proprietários que compraram as terras no período de deslocamento do café ou de baixa do açúcar, pois muitas fazendas entraram em falência e foram hipotecadas ou vendidas. Dos novos proprietários que se lançaram na produção da laranja, muitos não tinham sido agricultores antes. Nestes casos, a produção era vista como um negócio e quando estes proprietários se deparavam com as oscilações do preço se retiravam, abandonando os laranjais. Em parte, o baixo rendimento da produção de laranja era atribuído à inexperiência de alguns produtores.

A prática do abandono dos pomares não era comum entre os proprietários que habitavam nas terras, seja em fazendas ou em pequenos sítios, que costumavam associá-la às outras lavouras ou atividades. Nestes períodos em que a situação da laranja não era muito favorável, os pequenos lavradores também solicitavam terras nas grandes propriedades para tratarem dos pomares. O sistema de trabalho mais recorrente era o assalariado e a empreitada.

Em 1950, o maior produtor de laranja da região das bacias em estudo era São Gonçalo com a 5.903 ha, seguido por Itaboraí com 824 ha, Rio Bonito com 65 ha, e Cachoeiras de Macacu com 10 ha de área cultivada. Na década de 50 houve grandes recuos na produção das frutas cítricas e avanços da cultura da banana.

b) Banana

A produção da banana distribuía-se nos morros e vales de Magé, nos morros de Cachoeira de Macacu e na serra do Braçanã, em Rio Bonito. No município de Magé, esta lavoura já era feita há dezenas de anos com certa importância, e na década de 1950 continuava a ser um dos seus principais produtos. Em Cachoeiras de Macacu, a banana começou a ser cultivada na década de 1920, desenvolvendo-se de tal forma que em 1951, chegou a exportar 16.000 toneladas. Já em Rio Bonito, a produção desenvolveu-se por volta da década de 1930, impulsionadas pela instalação de indústrias de doces de banana, que consumia parte da produção. A dimensão da produção de banana nestes municípios no ano de 1950 pode ser observada com os seguintes dados: Cachoeiras de Macacu possuía 2.400 ha de área cultivada, enquanto Rio Bonito 1.775 ha, Magé 1.620 ha e Itaboraí com 56 ha (GEIGER; MESQUITA, 1956)

Havia nas sedes dos municípios produtores pequenos depósitos onde eram recolhidas as bananas para serem enviadas ao Rio de Janeiro por caminhões. Em Cachoeiras de Macacu havia 12 casas exportadoras de bananas e outras 4 que a exportavam junto com outras frutas e carvão vegetal, conferindo impulso à vida comercial da cidade, o mesmo ocorrendo em Rio Bonito. Havia também a opção de enviar as frutas diretamente aos clientes no Mercado

Municipal do Rio de Janeiro e para os depósitos de bananas existentes nas suas redondezas. A banana da região também tinha seu consumo garantido pelas fábricas de doces, que tinha como principal centro o município de Rio Bonito.

A produção de banana em Magé foi uma das primeiras a ter prejuízos com os loteamentos. Neste município, na década de 1950 iniciou-se a propaganda e venda de lotes de sítios de 20 a 30 ha plantados de bananeiras. Nestas áreas ocorreu o processo de valorização de terras semelhante ao verificado na produção de laranja em São Gonçalo e Itaboraí, como referido, anteriormente. Assim como os laranjais, os bananais tornavam-se mais um atrativo para a venda dos lotes, só com a vantagem de demandar menos cuidado no trato. O que incentivava os pequenos sítiantes e até operários a comprarem lotes para moradia e suplementarem a renda com a plantação.

Em relação aos sistemas de trabalho na produção de bananas, Geiger e Mesquita (1956) observaram a recorrência do sistema assalariado e da empreitada. Mas havia também o sistema de meação, como verificado no município de Cachoeiras de Macacu. Devido aos baixos salários, era comum que os proprietários permitissem aos empregados plantarem gêneros alimentícios em pequenas roças, ou então, o cultivo de milho e de feijão entre os pés novos de bananeiras. No município de Rio Bonito, por exemplo, os colonos dos bananais cultivavam feijão, milho, mandioca e arroz, sem serem obrigados à meia. Essa era uma das formas de garantir a mão-de-obra nesta produção.

c) Abacaxi

A área de grande produção do abacaxi na Baixada se restringiu a um trecho reduzido, especialmente nos municípios de São Gonçalo e Itaboraí, devido as suas condições físicas. A produção de abacaxi em São Gonçalo e Itaboraí em 1950 era de 400 ha e 300 ha, respectivamente. Em menor proporção havia a produção em Cachoeiras de Macacu com 82 ha, Rio Bonito correspondia com 23 ha e Magé com 22 ha.

Nas grandes plantações, encontram-se geralmente as roças dos proprietários e as roças dos meeiros, sendo alguns destes comerciantes ou barraqueiros do

Mercado Municipal do Rio de Janeiro. Às vezes, era o fazendeiro que se encarregava do plantio, entregava a plantação ao trato dos moradores no sistema de meia, sendo que estes tinham muito trabalho, pois as capinas eram mensais. Os meeiros vendiam suas partes aos proprietários da terra, forneciam a meia ou a terça, esta última quando não eram ajudados pelo mesmo.

Muitas vezes era o comprador que se encarregava do corte e do transporte na produção da laranja, da banana e do abacaxi. Apesar de o transporte principal ser o caminhão, ainda eram utilizados os canais que levavam à Baía de Guanabara.

Gêneros Alimentícios

a) Mandioca

A respeito dos chamados gêneros alimentícios, na Baixada Fluminense de modo geral, a mandioca alcançava o primeiro lugar em área cultivada e em valor da produção, tendo garantido certa autonomia alimentar da população rural. Em 1950, seu cultivo chegou a representar 25% do valor da produção agrícola da região (sem considerar a horticultura). Em relação ao conjunto dos produtos agrícolas, entre alimentícios e de exportação, a área cultivada da mandioca só ficava atrás da cana em 1950, superando até mesmo a laranja, produto de exportação, a banana, seguido do arroz, milho e abacaxi (GEIGER; MESQUITA, 1956, p. 137). Em São Gonçalo, por exemplo, mesmo com a intensa industrialização que já alcançava, foram reabertos alguns engenhos, sendo cultivada mandioca pelo sistema de meia (GEIGER; MESQUITA, 1956, p. 131).

Estes dados levaram Geiger et al. a considerar ter havido um curto “ciclo da mandioca” nessa região, suprimido pelas vantagens econômicas da fruticultura com sua retomada de mercados. A mandioca fresca também era produzida em quantidade, havendo produtores desde Cachoeiras de Macacu até as imediações de Niterói.

Dentre os municípios das bacias do Macacu e Caceribu, os que registravam maior produção de mandioca em volume e área cultivada eram Cachoeiras de

Macacu e Itaboraí. Para ilustrar o aumento relevante desta produção, em 1940, Cachoeiras de Macacu produziu 1.976 toneladas de mandioca, passando para 10.200 toneladas em 1950 (GEIGER; MESQUITA, 1956, p. 139). Em relação à quantidade de fábricas de farinha, nesta época haviam 7 em São Gonçalo, 45 em Rio Bonito, 9 em Itaboraí, 30 em Cachoeiras de Macacu e 6 em Magé.

b) Arroz, feijão e milho

Milho, feijão e arroz, respectivamente, ocupavam a segunda, terceira e quarta posição em área cultivada e valor da produção entre os gêneros alimentícios em 1950 na Baixada Fluminense. Ainda assim, entre 1920 e 1940, com o surgimento da fruticultura para exportação, a produção de cereais apresentou uma tendência de baixa. Em Cachoeiras de Macacu, por exemplo, importante produtor e exportador de cereais até a década de 30, houve um recuo drástico desta produção diante da grande fruticultura, que fez expandirem-se os bananais na área.

Além da concorrência desigual com as grandes culturas comerciais de fins capitalistas, os cereais encontravam desvantagens naturais para progredir na Baixada, gerando uma renda média baixa aos seus produtores, especialmente o milho e o feijão.

Já para a rizicultura, a fisionomia de grande parte da Baixada, com áreas planas e alagáveis, era extremamente propícia. As variedades de arroz mais importantes na produção da baixada neste período foram os tipos “agulha” e “amarelão”, à época, de consumo das classes médias e abastadas. No entanto, apesar das condições físicas favoráveis e de um grande mercado consumidor a sua volta, o sistema produtivo de então requeria número considerável de mão-de-obra e cuidados, como o controle das inundações e de pragas, não tendo obtido desenvolvimento tão expressivo como a cana ou a fruticultura.

Para ilustrar as dificuldades para o cultivo do arroz, menciona-se a fazenda Amorins, em Itaboraí, entre os baixos cursos dos rios Macacu e Guapimirim, que teve que fazer o replantio de sua lavoura, pois os grãos plantados foram

comidos por pássaros (GEIGER; MESQUITA, 1956, p. 139). A partir do caso desta mesma fazenda, identifica-se que a agricultura de caráter comercial utilizava-se de insumos químicos, sendo empregadas 6 toneladas de fosfatos no plantio do arroz, na razão de 100 kg por hectare, em 1951. Em Rio Bonito também, porém na bacia do rio Bacaxá, o arroz era plantado às margens dos rios na década de 50 e beneficiado no próprio município, alcançado o 2º lugar em produção de arroz da Baixada, seguido por Cachoeiras de Macacu e Itaboraí (considerando-se somente os municípios das bacias do Macacu e Caceribu).

c) Legumes e hortaliças

Na zona de entorno da estrada RJ-114, que liga Maricá à Itaboraí, e em seus limites com São Gonçalo, continuou existindo, desde o início do século XIX, uma produção de legumes, feita por foreiros e arrendatários, que enviavam ao mercado consumidor carioca, por caminhão, quiabo, abóbora, repolho, maxixe e milho. A partir da criação das Colônias Agrícolas, que fizeram aumentar o somatório de pequenas propriedades da região, incrementou-se a produção de alguns itens exportados da região para o Rio de Janeiro, tais como frutas, aipim, milho, abóbora, feijão, tomate, ervilha, repolho, vagem, pimentão, quiabo e jiló (GEIGER; MESQUITA, 1956).

Dentre os principais cultivos alimentícios considerados por Geiger e Mesquita (1956) - mandioca, milho, feijão, arroz, batata doce e batata inglesa – os dois últimos ocuparam a menor área e valor de produção nos municípios das bacias do Macacu e Caceribu. De acordo com dados de 1950, a batata doce obteve destaque somente em Cachoeiras de Macacu, ocupando 58 hectares e a batata inglesa obteve destaque somente em São Gonçalo, ocupando 19 hectares.

No entanto, outros legumes também alcançaram produção significativa neste período, como a abóbora, produzida em maior quantidade em São Gonçalo, Itaboraí e Rio Bonito. A partir de 1940, a produção de alho tinha expressão em Rio Bonito e São Gonçalo, enquanto a de repolho e a de tomate em São Gonçalo e Itaboraí. Registrava-se também pequena produção de tomate, abóbora e batata na fazenda Macacu, em Itaboraí.

O clima da baixada é quente demais para certas hortaliças, como a alface e a cenoura. Além disso, nesta época havia pouca oferta dos adubos necessários a este tipo de agricultura, além de que demandava a existência de sistemas de irrigação, tornando mais cara e difícil para produtores com pouco ou nenhum capital. O cultivo de verduras e outros legumes eram feitos por pequenos proprietários e arrendatários.

Em vales localizados em São Gonçalo e ao sul de Itaboraí, ainda na década de 50, havia grande número de arrendatários ou moradores das antigas fazendas atuando como “verdureiros”, produzindo e vendendo legumes e verduras, como quiabo, abóbora e repolho para o Rio de Janeiro e Niterói.

Pecuária

Na Baixada, e no estado do Rio de modo geral, o gado era muitas vezes usado como forma de mascarar a especulação da terra, caracterizando-se numa ocupação de tipo provisória e pouco ordenada. Enquanto as terras não se valorizam ou eram loteadas, avançou a pecuária de corte, que encontrava um mercado consumidor na região metropolitana.

Ao longo do século XX, a região assistiu ao avanço crescente das pastagens. Além da criação para o corte, a produção leiteira na Baixada Fluminense nos anos 40 e 50 era baixa, ocupando espaços restritos de fazendas mistas localizadas principalmente em Cachoeiras de Macacu, Itaboraí e São Gonçalo.

Uma dinâmica que se repetiu em algumas áreas onde havia sido explorada a madeira e não foram aproveitadas para cultivos comerciais foi a introdução do gado. Em Cachoeiras de Macacu, por exemplo, uma fazenda de cerca de 2.300 alqueires explorou a lenha de suas matas, plantando pasto em seguida, onde foram criadas 800 cabeças de gado bovino (indubrasil e nelore) (GEIGER; MESQUITA, 1956, p. 120).

Em 1940, em Itaboraí haviam 2.636 cabeças de gado, Rio Bonito 2.273, Cachoeiras de Macacu 2.049, São Gonçalo 1.634 (GEIGER et al., 1956, p. 121).

Dinâmicas na agropecuária - 1970-1990: transformações e continuidades

De modo geral, o que se viu na segunda metade do século XX foi a exacerbação de alguns dos processos observados anteriormente, destacadamente, o recuo da agricultura – e o êxodo rural decorrente -, o avanço da pecuária e da urbanização, através dos loteamentos.

Na década de 70, o crescimento demográfico da região das bacias hidrográficas dos rios Macacu e Caceribu foi impulsionado com a construção da ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói) e a melhoria do acesso através da rodovia BR-101 (trecho Niterói-Manilha). Em menos de 20 anos, esse processo de urbanização possibilitou a mudança de áreas rurais “abandonadas” em cidades-dormitório, em especial em Itaboraí e São Gonçalo. Na década de 80 começou a se configurar a conurbação entre estes municípios, como é chamado o processo quando duas cidades vizinhas crescem tanto que suas zonas urbanas acabam se encontrando, formando somente uma grande área urbanizada.

Em Itaboraí, o crescimento demográfico pode ser dimensionado através dos censos de 1970, 1980, 1991. No primeiro, registrou-se aproximadamente 60.000 habitantes, já no segundo, a população dobrou, alcançando 120.000 habitantes e, no último, já eram mais de 161.000 habitantes (VALLEJO, 1999).

Em 1972, 74% do território do Rio de Janeiro era explorado (excluindo-se o território do então estado da Guanabara). Destes, a grande maioria, 72%, era ocupada pela pecuária, enquanto a produção de hortigranjeiros, culturas permanentes e temporárias ocupavam respectivamente, 0,9%, 6,6% e 17,1% da área explorada, e 3,2% com extração vegetal ou florestal (Silva et al, 1980: 78). De acordo com dados dos IBGE e do INCRA, Silva et al. (1980, p. 56-57) afirmam que entre 1962 e 1970 o grau de concentração da propriedade no estado do Rio de Janeiro (então estado da Guanabara) era muito forte, porém tendendo a diminuir, tendo contribuído para isto a criação das Colônias Agrícolas.

De acordo com dados do INCRA, em 1972 a composição da mão-de-obra ocupada em atividades agrícolas no estado do Rio de Janeiro era predominantemente familiar, seguida de assalariados temporários, assalariados permanentes, parceiros e arrendatários, nesta ordem (SILVA et al, 1980, p. 94). Em 1995, a pecuária avançou ainda mais, e suas proporções passaram a 63,9%, enquanto a lavoura 14% (GUANZIROLI; SABBATO, 2001). Os dados do Censo Agropecuário de 1996 demonstraram que nas regiões das bacias dos rios Macacu e Caceribu as áreas das lavouras permanentes ocupavam 11.031 ha, e as lavouras temporárias 5.462 ha, enquanto as pastagens naturais e plantadas ocupavam 31.141 ha e 25.075 ha, respectivamente (BENAVIDES et al., 2009).

Apesar do avanço da pecuária ter interferido na produção agrícola regional, verificou-se que a agricultura resistia em diversas localidades. Alguns produtos tiveram destaque, como os cítricos em Itaboraí, Tanguá e Rio Bonito. A produção de gêneros alimentícios apareceu em proporções diferentes e concentradas em algumas localidades, com destaque para o município de Cachoeiras de Macacu. Como referido anteriormente, este município possui a especificidade de ter sido alvo de projetos de colonização e de assentamentos rurais¹⁰, e nestas localidades concentraram grande parte da produção de frutas, legumes e hortaliças (CARVALHO, 1993). Já a cana, uma das maiores responsáveis pelo crescimento econômico no século anterior, diminuiu drasticamente, em especial depois da desativação da usina de Itaboraí na década de 1970. Neste município, por exemplo, a área plantada por este produto em 1974 era de 1.500 ha e em 1991, 15 ha. (VALLEJO, 1999), ou seja, uma área 100 vezes menor.

Já a pequena produção perdia cada vez mais espaço, pois esbarrava na falta de um sistema de comercialização, nas dificuldades de obter financiamentos e no aumento da ocupação da pecuária, que contribuía para a diminuição da área de lavoura (INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS ECONÔMICAS, 1982 apud SCHROEDER, 1996).

¹⁰ Em 1995, foi criado um assentamento em São Gonçalo, o projeto Engenho Novo, com 740 ha e capacidade para 160 famílias (BENAVIDES, 2009).

Na década de 1980, apesar de grande parte das terras do município de Cachoeiras de Macacu estarem concentradas nas mãos de poucos fazendeiros¹¹, podia se observar um grande adensamento de pequenas propriedades nas localidades de Papucaia, Japuiba e São José da Boa Morte, que correspondiam às áreas de colonização ou a antigas propriedades que foram loteadas no processo de especulação imobiliária. Eram nestas pequenas propriedades (até 8 ha – até 80 ha) que a agricultura era exercida como a principal atividade. Nestas localidades também houve um aumento da produção agrícola cultivada por meeiros. Em Faraó, Cachoeiras de Macacu, por exemplo, verificou-se grande ocorrência de meeiros¹² responsáveis por todo o sistema de plantio e da comercialização, enquanto os proprietários frequentavam o local nos finais de semana e feriados para fins de lazer (CARVALHO, 1993).

As áreas onde houve a persistência das práticas agrícolas em Cachoeiras de Macacu foram aquelas, onde os pequenos produtores conseguiram se integrar em pequenas Associações. Estas Associações proporcionaram maior fomento da Assistência Técnica da EMATER-Rio e obtenção de subsídios governamentais que incrementam a tecnificação e mecanização da agricultura. Por outro lado, as áreas de colonização particular, em Areia Branca, Papucaia e Funchal que apresentavam a maior parte de usos agrícolas, na década de 1990, já apresentavam sinais de crise, como por exemplo, a falência da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC). O processo de “desruralização” também se verificou nas áreas beneficiadas pela política de colonização agrícola do INCRA, como Nova Ribeira e Vecchi (CARVALHO, 1993).

Agricultura

a) Fruticultura

A produção de cítricos teve destaque no município de Itaboraí no início dos anos 1970, quando foi responsável por mais da metade da colheita em todo o estado do Rio de Janeiro. No ano de 1974, por exemplo, a área cultivada por

¹¹ Através de médias e grande propriedades. Segundo a classificação da autora, as médias propriedades possuem extensão de terra maior do que 80 ha (CARVALHO, 1993).

¹² Em 1992, a posse da terra da Microbacia do Faraó correspondia a 50% proprietários, 5% arrendatários, 40% meeiros e 5% posseiros (CARVALHO, 1993).

laranja em Itaboraí era de 17.699 ha, mas em 1991, 2.140 ha. Diversos fatores contribuíram para esta queda na produção, como por exemplo, o esgotamento dos solos, ataque de pragas, competitividade com a produção paulista, fracionamento das terras agrícolas para implantação de loteamentos, e expansão das atividades pecuárias (VALLEJO, 1999).

Na década de 1990, Tanguá era uma das maiores áreas produtoras de laranja, e há que se considerar que a sua emancipação foi mais um fator para a diminuição da produção deste produto em Itaboraí (BENAVIDES, 2009).

A produção de laranja em Rio Bonito continuou aumentando até os anos 1990, a ponto de o município ocupar a posição de principal produtor do estado junto com Araruama (VALLEJO, 1999). No município de Rio Bonito, a produção se dava principalmente na localidade de Boa Esperança (MACHADO, 1997).

Em Cachoeiras de Macacu também se produzia cítricos neste período, como o limão, a laranja e a tangerina. Além destas frutas, o município produzia banana, goiaba, maracujá e coco verde. A banana era uma das frutas mais produzidas no município e era cultivada nas áreas de encostas, nas pequenas propriedades, com uso de mão-de-obra familiar. Na cidade de Cachoeiras de Macacu havia 4 fábricas semi-artesaniais de beneficiamento da banana.

b) Gêneros Alimentícios

A produção de gêneros alimentícios com maior variedade era em Cachoeiras de Macacu. Entre fins de 1970 e início de 1980, o município produzia abobrinha, aipim, batata doce, berinjela, chuchu, feijão, vagem, inhame, jiló, milho verde, maxixe, pimentão, pepino, quiabo, feijão Mauá. Dessas culturas o inhame apresentava maior produção e o aipim também tinha destaque, cultivado tanto para a comercialização como para o consumo (farinha de mandioca e ração para gado). Destaca-se também a produção do milho verde.

Em Cachoeira de Macacu, as localidades produtoras de gêneros que tiveram destaque na década de 1980 foram São José da Boa Morte, Nova

Ribeira e Vecchi. Destas, a maior produção era em São José da Boa Morte realizada pelos 200 proprietários oriundos do assentamento. A produção era realizada de forma individual, utilizando-se de mão-de-obra familiar. Na grande parte das propriedades, a agricultura era manual, fazia-se uso da rotação de culturas e não se utilizava irrigação. A comercialização continuava a ser feita pela Associação dos Pequenos Produtores de São José da Boa Morte. Os principais cultivos praticados eram: vagem, inhame, aipim, feijão Mauá, maxixe, quiabo, jiló, limão e maracujá. Na localidade de Nova Ribeira, em Cachoeira de Macacu, o principal produto era o aipim, que é utilizado, muitas vezes, como ração para o gado. Cultiva-se também quiabo, milho, coco, feijão, etc, com baixa produção para comercialização. No Vecchi a produção agrícola também era diversificada e pequena, pois havia poucos imóveis rurais dedicados a tais práticas. Os cultivos principais eram o aipim, maracujá, inhame, batata doce, banana e quiabo (CARVALHO, 1993).

Em Itaboraí, a produção de gêneros registrados por Vallejo (1999) eram o arroz, o feijão, a mandioca e o milho. Cabe destacar que todas estas culturas diminuíram consideravelmente a área cultivada entre os anos de 1970 e 1990. Destas, a mandioca foi a única que teve uma queda de menos da metade da área de produção entre 1974 (170 ha) e 1991 (93 ha). Neste município, depois que as grandes áreas de pastos passaram a predominar, ainda havia pequenos sítios dedicados à policultura, em especial na Posse dos Coutinhos (MACHADO, 1997).

Em Rio Bonito, havia pequenos sítios que diversificavam a produção de gêneros alimentícios com a produção da laranja e da banana, especialmente na localidade de Tomascar. Alguns, inclusive, associavam esses cultivos com a criação de gado leiteiro (MACHADO, 1997).

Pecuária

No município de Cachoeiras de Macacu a pecuária era a segunda principal atividade dos imóveis rurais, com concentração de propriedades ao longo dos rios Guapi-Açu e Macacu, assim como as rodovias (RJ-122 e RJ-116). No município, a bovinocultura leiteira predominava em relação à de corte, no que se referia a

quantidade de cabeças de gado e imóveis rurais¹³ (CARVALHO, 1993). De maneira geral, a criação de gado leiteiro deste município realizava-se nas pequenas propriedades rurais, enquanto o gado de corte era criado principalmente nas médias e grandes propriedades. Na localidade do Vecchi, por exemplo, predominava a produção de gado leiteiro, entretanto a produção total era baixa, com 1799 l/d. Desta produção, a maior parte era vendida para a Sociedade Produtora de Alimentos Manhuaçu (SPAM) e em menor escala para a Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda. (CCPL) (CARVALHO, 1993).

Em Rio Bonito, o avanço da criação do gado contribuiu para a diminuição da cultura da banana e da laranja, e para o esvaziamento populacional do interior, fazendo com que parte de seus moradores se deslocassem para a cidade (MACHADO, 1996). Uma das localidades deste município que dedicou parcialmente as suas terras para as pastagens foi Tomascar (MACHADO, 1997).

A produção pecuária de Itaboraí aumentou em grandes proporções, substituindo em muitos casos os laranjais, como referido anteriormente. Entre os anos 1974 e 1991, o rebanho bovino tinha crescido 280%. Outras criações também tiveram destaque, como a de suínos e coelhos (VALLEJO, 1999).

Uma porção do território de São Gonçalo em seus limites com Itaboraí e Maricá, que não foi alcançada pela urbanização, foi tendo substituída sua histórica concentração de chácaras produtoras de frutas, legumes, lavouras temporárias pelo plantio de eucalipto e a criação de gado leiteiro (SILVA, 2005). Segundo este autor, todas as pequenas e médias propriedades rurais da área foram compradas e transformadas numa única fazenda, caracterizando em um latifúndio, por ser em quase toda sua extensão improdutiva e proibida a agricultura.

Segundo os dados do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 1996, os

¹³ Outro tipo de pecuária encontrada no município era a suinocultura, mas com pouco expressividade econômica. Sendo que a grande maioria também era realizada em pequenas propriedades. Em relação às granjas, o município apresentava um número muito pequeno. Os outros animais, como equinos, ovinos, coelhos, caprinos, etc, apresentavam um universo inexpressivo na região (Carvalho, 1993).

municípios com maior número de estabelecimentos que criavam gado eram respectivamente: Cachoeira de Macacu (675); Rio Bonito (304); Itaboraí (170); São Gonçalo (170); Tanguá (110); e, Guapimirim (61). Destes, o número de estabelecimentos voltados para a produção de leite era: em Cachoeiras de Macacu (568); Rio Bonito (146); Itaboraí (84); São Gonçalo (146); Tanguá (35) e Guapimirim (43) (BENAVIDES et al., 2009).

Preservação Ambiental

Na década de 80, nas bacias do Macacu e Caceribu, assim como no Brasil de modo geral, iniciou-se um processo de multiplicação de áreas criadas pelos governos especialmente para proteger o meio ambiente, as chamadas Unidades de Conservação (UC). Dentre os vários tipos de UC possíveis, a que foi mais aplicada na região foi a Área de Proteção Ambiental (APA), provavelmente porque numa APA, segundo a legislação, as regras de preservação ambiental não impedem totalmente que as pessoas habitem a área, se utilizem dos recursos naturais existentes e desenvolvam atividades econômicas. Como as calhas dos rios Macacu, Caceribu e seus afluentes já são ocupadas, exploradas e cultivadas há séculos, a APA tornou-se uma forma adequada de proteger o meio ambiente local permitindo ao mesmo tempo que as pessoas continuassem habitando e usufruindo do mesmo.

A primeira APA da região foi a de Guapimirim, criada em 1984, abrangendo parte dos municípios de Itaboraí, Magé (atualmente Guapimirim) e São Gonçalo. A APA de Guapimirim foi criada especificamente para proteger a zona de mangue que margeia a Baía da Guanabara, por onde deságuam os rios Guaxindiba-Alcântara, Caceribu e Guapi-Macacu.

Em 2002 foram criadas duas importantes Unidades de Conservação: a APA do rio Macacu, que se estende ao longo das margens deste rio e seus afluentes, incidindo assim sobre Cachoeiras de Macacu, Itaboraí e Guapimirim, até fazer limite com a APA Guapimirim, e o Parque Estadual dos Três Picos (PETP), sendo até os dias de hoje a maior área protegida incidindo sobre as bacias hidrográficas do Macacu e Caceribu. O PETP abrange parte dos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis, Silva Jardim e Guapimirim, cobrindo as áreas de matas conservadas das serras e nascentes de rios. O

Parque Três Picos faz limite com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e com a Estação Ecológica do Paraíso que juntos protegem as cabeceiras de importantes rios contribuintes da Baía de Guanabara. Este Parque Nacional foi um dos primeiros do país, criado em 1939, abrangendo parte dos municípios de Cachoeiras de Macacu, Petrópolis, Teresópolis e Guapimirim. A Estação Ecológica foi criada em 1987 e situa-se nos municípios de Guapimirim e de Cachoeiras de Macacu.

Embora a área das bacias do Macacu e Caceribu seja em boa parte “coberta” por áreas protegidas, ao longo do século XX, o meio ambiente regional foi sendo impactado negativamente por diversos processos que tiveram curso na história de ocupação da região, como vimos até aqui, tais como extensas monoculturas com baixo grau de tratamento do solo (cana, café, laranja), urbanização desacompanhada de obras de saneamento, industrialização, desmatamentos e extração vegetal e mineral (madeiras, argila, calcário e areia).

Considerações Finais

A bacia hidrográfica do rio Caceribu e Macacu está de novo sendo valorizada: o rio principal (e seus afluentes) constitui o eixo a partir do qual a gestão ambiental desse território está sendo empreendida (MACHADO, 1997).

Observando o desenvolvimento histórico da estrutura agrária e da orientação agrícola da região abrangida pelas bacias hidrográficas dos rios Macacu e Caceribu, especialmente seus vales, vemos que elas foram determinadas por um equilíbrio dinâmico entre as oscilações do mercado externo, as demandas do mercado interno e, a partir do século XX, a especulação das terras e sua conversão em áreas urbanas. Ao longo dos séculos, desde o período colonial, quando o Brasil não tinha autonomia e o principal objetivo da colonização portuguesa era a extração e a produção de riquezas para a exportação, até atualmente, quando temos uma economia interna forte e diversificada e a Baixada da Guanabara integra-se à região metropolitana, vê-se que a influência quase que absoluta do mercado internacional sobre a produção agrícola cedeu parte de seu domínio para as demandas do mercado interno por gêneros alimentícios e as dinâmicas de expansão urbana da região fluminense.

Referências Bibliográficas

BASTOS, E. C. O'. G. **Laranja e lavoura branca: um estudo das unidades de produção camponesa da baixada fluminense**. 1977. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BASTOS, E. C. O. G. **Reconstituição do conflito de Boa Morte**. Trabalho apresentado na Universidade Federal do Rio de Janeiro - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFRJ): Rio de Janeiro, 1979. 10 p. Mimeo.

BENAVIDES, Z. C.; CINTRÃO, R. P.; FIDALGO, E. C. C.; PEDREIRA, B. C. C. G.; PRADO, R. B. **Consumo e abastecimento de água nas bacias hidrográficas dos rios Guapi-Macacu e Caceribu - RJ**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos. 2009. (Embrapa Solos. Documentos, 115).

CABRAL, D. C. Produtores rurais e indústria madeireira no Rio de Janeiro do final do século XVIII – evidências empíricas para a região do Vale do Macacu. **Ambiente & Sociedade**, v. 7, n. 2, jul./dez. 2004.

_____. A bacia hidrográfica como unidade de análise em história ambiental. **Revista de História Regional**, v. 12, n. 1, p. 133-162, 2007.

CARVALHO, J. **As transformações dos usos da terra em Cachoeiras de Macacu**. 1993. 167 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

COUTINHO, A. B. **Uso do solo e qualidade da água na bacia hidrográfica do rio Caceribu, região leste da Baía de Guanabara**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

COUTINHO, T. Homem livre e pobre. In: MOTTA, M. (Org.) **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005. p. 244-247.

DRUMMOND, J. A. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997. 306 p.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. 334 p.

FERREIRA, M. M. A economia fluminense na Primeira República. In: FERREIRA, M. de M. **Em buscas da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na primeira república (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Edições Tempo Brasileiro, 1994.

FREIRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 22 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983.

GEIGER, P. P.; MESQUITA, M. G. C. **Estudos rurais da baixada fluminense (1951-1953)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. (Biblioteca Geográfica Brasileira, 12).

GIULIANI, G. M.; CASTRO, E. G. Recriando espaços sociais: uma análise de dois assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 6, p. 138-169, 1996.

GRANZIROLI, C.; SABBATO, A. Di. Agricultura Fluminense: 25 anos de Fusão. In: FREIRE, A. et al. (Org.). **Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.

GRYNSZPAN, M. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In: FERNANDES, B. M. et al. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. São Paulo: editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MACHADO, C. A. M. **Ao pé da serra...um paraíso**. Rio Bonito: Editora Nagem, 1996.

MACHADO, L.; CASTRO, B. **Gente do Caceribu, sua Geografia, sua história: diagnóstico socioeconômico da Bacia do Caceribu**. Rio de Janeiro: IBG, 1997.

MEYER, D. R. (Coord.). Questão agrária: um estudo de experiências de assentamento. In: TRABALHOS. S.I.: IBGE, 1986. 116 p.

NEGREIROS, D. H.; ARAÚJO, F. P.; COREIXAS, M. A. **Nossos Rios**. Rio de Janeiro: IBG, 2002.

SANTOS, A. M. **Vida econômica de Itaboraí no século XIX**. 1974. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SILVA, J. G. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1980. 240 p.

SILVA, L. H. O latifúndio como agente organizador da produção do espaço periférico do leste metropolitano do Rio de Janeiro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., Presidente Prudente, 2005. **Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira: anais...** Presidente Prudente: UNESP, 2005.

SOARES, C. L. M. **Rio Bonito: sua história, sua gente: um estudo sobre o município de Rio Bonito**. Rio Bonito: Departamento de Cultura, 1988.

SCHROEDER, A. Agricultura e o meio rural fluminense nos últimos 20 anos: uma resenha bibliográfica. In: SEMINÁRIO AGRICULTURA E MEIO RURAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 1996.

VALLEJO, L. R. Município de Itaboraí: uma análise ambiental integrada. **Cadernos do Departamento de Geografia**, Niterói, v. 2, n. 2, 1999.

VICENTINO, C. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1997.